

STJ00101946

ULISSES VIEIRA MOREIRA PEIXOTO

ERROS
MÉDICOS E
PERÍCIAS
JUDICIAIS



EDITORA CRONUS – 2015

© *Ulisses Vieira Moreira Peixoto*

Bacharel em Direito pelo Centro Universitário do Triângulo (UNITRI). Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Empresário. Autor de diversas Obras da Área Jurídica.

**DADOS INTERNACIONAIS DE
CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**

Peixoto, Ulisses Vieira Moreira
Erros Médicos e Perícias Judiciais / Ulisses Vieira Moreira
Peixoto.

Leme: Editora Cronus, 2015.

1215 p. - 16x23 cm.

Inclui bibliografia

Inclui índice remissivo

ISBN 978-85-61544-36-2

1. Erros médicos. 2. Perícias judiciais. I. Título.

Índice para o catálogo sistemático

1. Erros médicos
2. Perícias judiciais

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, a violação dos direitos autorais é punível como crime, previsto no Código Penal e na Lei de direitos autorais (Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA CRONUS

Rua Rui Rocha, n. 156

Jd. Colonial Claudia

Leme/SP

CEP: 13610-700

(19) 3572-1464

www.editoracronus.com.br

contato@editoracronus.com.br

S ÚMARIO

PARTE 1 - ERROS MÉDICOS

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS DO ERRO MÉDICO

1. Princípios Fundamentais	23
2. Definição de Erro Médico	28
3. Erros Médicos Inacreditáveis	32
4. Paciente será Indenizado por Erro Médico	34
5. Responsabilidade Profissional	36
6. Ato Médico	38
7. Alcance dos Atos Médicos	42
8. Modalidades de Atos Médicos	42
9. Características Específicas dos Profissionais (Médicos)	44
10. Natureza Tridimensional da relação Médico-Paciente	44
11. Direitos dos Médicos segundo o Código de Ética Médica	46
12. Jurisprudências	47

MODELOS

Ação de Indenização por Danos Materiais, Morais e Estéticos – Cirurgia Plástica	50
Recurso de Apelação – Imperícia no Exercício da Medicina	62
Razões do Recurso de Apelação – Imperícia no Exercício da Medicina ...	63
Requerimento: Agravo de Instrumento – Necessidade de Dilação Probatória	70
Razões de Recurso de Agravo de Instrumento – Necessidade de Dilação Probatória	72
Junta Médica Oficial - Laudo Médico Pericial (Exame Clínico)	75

CAPÍTULO 2 – NEXO DE CAUSALIDADE. NEGLIGÊNCIA, IMPERÍCIA E IMPRUDÊNCIA. CULPA. DANO

1. Nexo de Causalidade	80
1.1. Ausência do Nexo de Causalidade	81

2. Imprudência, Negligência e Imperícia	84
3. Culpa	87
4. Dano	89
4.1. Teoria da Perda da Chance	91
5. Jurisprudências	94

MODELOS

Ação de Indenização por Danos Morais – Erro Médico Caracterizado. Corpo estranho na Autora/Paciente	97
Contrarrazões de Recurso de Apelação – Conduta Negligente	104
Contrarrazões – Conduta Negligente	105

CAPÍTULO 3 - RESPONSABILIDADE CONTRATUAL E EXTRA- CONTRATUAL. OBRIGAÇÃO DE RESULTADO E OBRIGAÇÃO DE MEIO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

1. Responsabilidade Contratual e Extracontratual	111
2. Obrigação de Resultado e Obrigação de Meio	116
3. Inversão do Ônus da Prova	119
4. Pós-Operatório	121
5. Jurisprudências	122

MODELOS

Ação de Indenização por Danos Morais – Imperícia no Exercício da Medicina	124
Requerimento: Agravo de Instrumento – Inversão do Ônus da Prova ...	130
Razões de Recurso de Agravo de Instrumento – Inversão do Ônus da Prova	132

CAPÍTULO 4 - DANO MORAL E DANO ESTÉTICO

1. Dano Moral	136
2. Dano Estético	139
3. Acumulação de Dano Estético com Dano Moral	140
4. Julgados Improcedentes Pedidos de Indenização por Danos Morais e Materiais em Cirurgia de Vasectomia	143
5. Julgados Procedentes. Pedidos de Indenização por Danos Morais e Estéticos	145
6. Jurisprudências	150

MODELOS

Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais – Tratamento Es- tético - Obrigação de Resultado	152
Contestação – Procedimento Cirúrgico – Erro Médico – Inocorrência ...	159

CAPÍTULO 5 – RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO NO CÓDIGO CIVIL

1. Responsabilidade Civil do Médico no Código Civil de 2002	166
2. Responsabilidade Subjetiva e Responsabilidade Objetiva	170
3. Responsabilidade dos Hospitais	173
4. Análise de um Caso Concreto Em relação à Responsabilidade	176
5. Cirurgia de retirada do Útero (histerectomia)	182
6. Jurisprudências	187

MODELOS

Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais – Realização de Cirurgia Desnecessária. Falha na prestação do Serviço	190
Recurso Especial – Reconhecer a Responsabilidade Solidária	198
Razões do Recurso Especial – Reconhecer a Responsabilidade Solidária ...	200

CAPÍTULO 6 - RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

1. Dispositivos do CDC	212
2. Intervenções Indispensáveis e Dispensáveis	215
3. Médico utiliza hospital para internar seus pacientes particulares ...	216
4. Não Responsabilização do Fornecedor de Serviços	219
5. Erro no Diagnóstico de Infecção (Endomiometrite)	223
5.1. Apelação do Hospital Réu	226
5.2. Preliminar Contrarrecursal de não Conhecimento do Recurso de Apelação do Médico Réu	228
5.3. Apelação do Médico Réu	230
5.4. Conclusão do Caso (Endomiometrite)	230
6. Jurisprudências	230

MODELOS

Requerimento: Agravo de Instrumento – Chamamento ao Processo. Seguradora. Possibilidade	233
Razões de Recurso de Agravo de Instrumento – Chamamento ao Processo. Seguradora. Possibilidade	235

CAPÍTULO 7 - RESPONSABILIDADE ÉTICO-DISCIPLINAR DO MÉDICO REFERENTE À SUSPENSÃO E A CASSAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

1. Sanções Disciplinares do Médico	238
2. Esferas de Punição	240
3. Análise Bioética das Infrações Cometidas pelos Médicos	241
4. Jurisprudência	246

CAPÍTULO 8 - CÓDIGO DE PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

1. Processo em Geral	247
----------------------------	-----

1.1. Disposições Gerais	247
1.2. Sindicância	249
1.3. Instrução do Processo Ético-Profissional	251
1.4. Julgamento do Processo Ético-Profissional	256
1.5. Recursos em Geral	259
1.6. Impedimentos e Suspeição	261
1.7. Nulidades Processuais	262
2. Prescrição	263
2.1. Regras de Prescrição	263
3. Revisão do Processo	264
3.1. Regras Gerais	264
4. Reabilitação Profissional	265
4.1. Regras Gerais	265
5. Disposições Processuais Finais	265
5.1. Comunicações Processuais	265
5.2. Fluência dos Prazos	266
5.3. Degrações	266
6. Jurisprudência	267

CAPÍTULO 9 - SOLIDARIEDADE ENTRE MÉDICO E HOSPITAL

1. Responsabilidade entre Médico e Hospital (Solidariedade)	268
1.1. Cirurgias de Hérnia de Disco da Coluna	270
1.2. Aplicação de Anestesia para a retirada de Tecido Adenoide e das Amídalas	272
1.2.1. A atuação do Médico Anestesiologista	273
1.2.2. A Responsabilidade do Hospital.....	278
1.2.3. Danos Apontados e o Nexo de Causalidade	281
1.3. Cirurgia de Catarata.	282
1.4. Cirurgia (Videolaparoscopia). Lesão no Intestino	285
1.5. Procedimento Cirúrgico para retirada de Varizes	288
2. Pareceres	290
2.1. Parecer n.º 1458/2002 – CRMPR	290
2.2. Parecer n.º 1599/2004 – DEJUR	292
2.3. Parecer n.º 1339/2001 – CRMPR	295
2.4. Parecer n.º 1697/2005 – CRMPR	297
2.5. Parecer	298
3. Jurisprudências	302

MODELOS

Recurso de Apelação – Responsabilidade Solidária do Médico e do Hospital	304
Razões do Recurso de Apelação – Responsabilidade Solidária do Médico e do Hospital	306
Recurso de Apelação – Negligência e Imperícia Verificadas	312
Razões do Recurso de Apelação – Negligência e Imperícia Verificadas	314

CAPÍTULO 10 - RESPONSABILIDADE CIVIL DO HOSPITAL

1. Considerações Gerais	322
2. Queda de Recém-Nascido em Berçário de Maternidade	323
3. Queda no Interior de Hospital Privado	326
4. Infecção Hospitalar	327
5. Afastada a Responsabilidade Civil Objetiva da Entidade Hospitalar	330
6. Jurisprudências	332

MODELOS

Recurso de Apelação – Responsabilidade Civil do Hospital Afastada ...	335
Razões do Recurso de Apelação – Responsabilidade Civil do Hospital Afastada	337

CAPÍTULO 11 – RESPONSABILIDADE CIVIL DOS HOSPITAIS PÚBLICOS

1. Considerações Gerais	342
2. A Responsabilidade Solidária dos Entes Federativos e o Direito à Saúde	344
3. Solidariedade dos Entes Públicos	346
4. Tratamento Médico prestado em Hospital Particular (Responsabilidade Civil do Estado)	349
5. Atendimento em caráter Emergencial (Responsabilidade do Estado) ...	351
6. Falha na prestação de Serviço Médico em Hospital Municipal	353
7. Jurisprudências	355

MODELOS

Recurso de Apelação – Intervenção Cirúrgica realizada em Hospital Público	357
Razões do Recurso de Apelação – Intervenção Cirúrgica realizada em Hospital Público	359
Requerimento: Agravo de Instrumento – Entidade Beneficente, sem fins Lucrativos	364
Razões de Recurso de Agravo de Instrumento – Entidade Beneficente, sem fins Lucrativos	366

CAPÍTULO 12 - EXCLUDENTES DA RESPONSABILIDADE MÉDICA

1. Considerações Gerais	369
2. Causas que excluem a Culpabilidade do Médico	370
3. Hipótese de Iatrogenia	376
4. <i>Fato da Técnica</i> : Excludente da Responsabilidade Civil do Médico ..	379
4.1. Cirurgia para retirada de Tumor na Parótida Direita	380
4.2. Distócia de Parto	383
4.3. Cirurgia Neurológica	387

4.4. Paciente de Pneumonia Extensiva	393
4.5. Cirurgia de Ressecção Transuretral de Próstata em que resultou. Incontinência Urinária e Disfunção Erétil Total	396
4.5.1. Dano	397
4.5.2. Riscos da Cirurgia.	398
4.5.3. Nexo de Causalidade	399
4.5.4. Corte na Bexiga (possível Erro Médico)	400
4.5.5. Alta Hospitalar	400
4.5.6. Alegação de Omissão em realizar Procedimento Corretivo ..	401
4.5.7. Indenização por Dano Moral e por Dano Material	401
5. Jurisprudências	401

MODELOS

Contrarrrazões de Recurso de Apelação – Erro Médico - Inocorrência – Iatrogenia	404
Contrarrrazões – Erro Médico - Inocorrência – Iatrogenia	405
Contrarrrazões de Recurso de Apelação – Fratura de Joelho. Implan- tação de Pino	411
Contrarrrazões – Fratura de Joelho. Implantação de Pino	412
Contrarrrazões de Recurso de Apelação – Excludente do Dever Indeni- zatório	417
Contrarrrazões – Excludente do Dever Indenizatório	418

CAPÍTULO 13 – ERRO MÉDICO EM CIRURGIA PLÁSTICA

1. Considerações Gerais	424
2. Conselho Federal de Medicina lança Protocolo em Cirurgia Plástica para dar mais Segurança ao Ato Médico	426
2.1. Preenchimento do Formulário	427
2.2. Processos recebidos pelo CFM	428
3. Inversão do Ônus da Prova	429
4. Cirurgia de Redução de Mamas e de Lipoaspiração nas Costas	429
5. Cirurgias Plásticas de Rosto e de Abdômen	434
6. Procedimento Cirúrgico de Implante de Próteses de Silicone	439
7. Cirurgia Plástica Embelezadora na Região do Pescoço	440
8. Correção de Ptose Mamária Atrófica (Queda dos Seios após Ama- mentação)	442
9. Cirurgia Plástica Estética de Abdominoplastia e Lipoaspiração de Tronco, Culotes e Membros Inferiores	446
9.1. Responsabilidade Civil	449
9.2. Dano Moral	454
9.3. Dano Estético	455
10. Jurisprudências	456

MODELOS

Normas Informativas e Compartilhadas em Cirurgia Plástica (Folha 1)	458
--	-----

Normas Informativas e Compartilhadas em Cirurgia Plástica (Folha 2)	460
Normas Informativas e Compartilhadas em Cirurgia Plástica (Folha 3)	461
Normas Informativas e Compartilhadas em Cirurgia Plástica (Folha 4)	463
Recurso de Apelação – Configurado o Dever de Indenizar	464
Razões do Recurso de Apelação – Configurado o Dever de Indenizar	466
Recurso de Apelação – Cerceamento de Defesa	472
Razões do Recurso de Apelação – Cerceamento de Defesa	474
Recurso Especial – Recurso interposto pelo Médico Cirurgião	479
Razões do Recurso Especial – Recurso interposto pelo Médico Cirurgião ...	481
Requerimento: Agravo de Instrumento – Ação de Indenização. Atendimento prestado no âmbito do SUS	490
Razões de Recurso de Agravo de Instrumento – Ação de Indenização. Atendimento prestado no âmbito do SUS	492

LEGISLAÇÃO

Considerações Gerais do Código de Ética Médica	501
Código de Ética Médica	505
Considerações Gerais da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957	525
Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957. <i>Dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e dá outras providências</i>	530
Considerações Gerais do Código de Processo Ético-Profissional	540
Código de Processo Ético-Profissional	541
Exposição de Motivos da Resolução CFM nº 2.023/13	559
Considerações Gerais da Lei nº 13.003, de 24 de junho de 2014	561
Lei nº 13.003, de 24 de junho de 2014. <i>Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, para tornar obrigatória a existência de contratos escritos entre as operadoras e seus prestadores de serviços</i>	563
Considerações Gerais da Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013	566
Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013. <i>Dispõe sobre o exercício da Medicina</i>	568
Considerações Gerais da Lei nº 9.263 , de 12 de janeiro de 1996	572
Lei nº 9.263 , de 12 de janeiro de 1996. <i>Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências</i>	575

PARTE 2 – PERÍCIAS JUDICIAIS

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS DA PERÍCIA JUDICIAL

1. Noções	583
2. Modalidades de Perícia	586
3. Ética do Perito Judicial	588
4. Deveres e Proibições do Perito Judicial	589

5. Direitos do Perito Judicial	592
6. Impedimentos e Suspeição do Perito Judicial	593
6.1. Impedimentos e Suspeição do Perito Judicial no Código de Processo Civil	593
6.2. Impedimentos e Suspeição do Perito Judicial no Código de Ética Profissional e Disciplinar do Conselho Nacional dos Peritos Judiciais da Republica Federativa do Brasil	597
7. Honorários Periciais	599
8. Processo Disciplinar	601
9. Parecer do Cremesp referente à nomeação do Perito	604
10. Jurisprudências	606

MODELOS

Termo de Diligência na Perícia Judicial - Artigo 429, do Código de Processo Civil	609
Atestado Médico para Fins de Perícia - Artigo 4º, da Resolução CFM n.º 1.658/2002	611
Proposta de Honorários	614
Procuração	616

CAPÍTULO 2 – NOÇÕES GERAIS DO DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO PERICIAL

1. Atos Preparatórios	619
2. Atos de Execução	619
3. Planejamento da Perícia	620
4. Diligências	620
5. Quesitos	620
6. Jurisprudências	622
7. Laudo Médico Pericial - Acidente com Cateterismo – Impotência ...	623
7.1. Laudo Médico Pericial	623

MODELOS

Termo de Diligência na Perícia Arbitral	633
Atestado Médico para fins de Perícia	635
Contestação – Responsabilidade do Médico e do Hospital Afastada ...	638
Contestação – Laudo Pericial que Atesta a adequação da Conduta Médica e a Correção de sua Execução	649

CAPÍTULO 3 – PERÍCIA JUDICIAL NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1.973

1. Auxiliares da Justiça	653
2. Figura do Perito Judicial	659
2.1. Conhecimento Técnico ou Científico	659

2.2. Dever e Escusa do Perito	663
2.3. Responsabilidade do Perito	667
2.4. Prova Pericial	669
2.5. Termo de Compromisso e Assistente Técnico	674
2.6. Novo Perito	675
2.7. Substituição do Perito	676
2.8. Quesitos Suplementares	679
2.9. Quesitos Impertinentes	681
2.10. Dispensa da Prova Pericial	682
2.11. Perícia solicitada por Carta	684
2.12. Desempenhar sua Função	685
2.13. Ciência da Data e do Local	687
2.14. Perícia Complexa	688
2.15. Apresentar o Laudo dentro do Prazo	689
2.16. Estabelecimentos Oficiais e Especializados	690
2.17. Esclarecimento do Perito e do Assistente Técnico	692
2.18. Valoração da Prova Judicial	693
2.19. Nova Perícia ou Segunda Perícia	695
2.20. Eventual Omissão ou Inexatidão dos Resultados	698
2.21. Segunda Perícia não substitui à Primeira	698
2.22. Laudo da Avaliação	699
2.23. Restauração de Autos (Nova Perícia)	700
2.24. Alguns artigos do atual Código de Processo Civil que rezam a palavra “perícia” em seu contexto, juntamente com referência aos artigos do novo Código de Processo Civil	702
3. Laudo Médico Pericial - Cirurgia Plástica – Seios	715
3.1. Laudo Médico Pericial	715

MODELOS

Apresentação de Quesitos Suplementares - Art. 425, do CPC	729
Pedido de Realização de Nova Perícia - Artigos 437 a 439, do CPC	731
Escusa em Perícia Judicial – Impedimento de Perito Judicial	733
Requerimento: Agravo de Instrumento – Nomeação de Médico Espe- cialista. Substituição do Perito	737
Razões de Recurso de Agravo de Instrumento – Nomeação de Médico Especialista. Substituição do Perito	739
Requerimento: Agravo de Instrumento – Complementar Laudo	747
Razões de Recurso de Agravo de Instrumento – Complementar Laudo	749
Requerimento: Agravo de Instrumento – Necessidade da Prova Pericial ..	756
Razões de Recurso de Agravo de Instrumento – Necessidade da Prova Pericial	758
Requerimento: Agravo de Instrumento – Prova Pericial Deficiente. Necessidade de Renovação da Perícia	762
Razões de Recurso de Agravo de Instrumento – Prova Pericial Defi- ciente. Necessidade de Renovação da Perícia	764
Recurso de Apelação – Laudo Pericial	773

Razões do Recurso de Apelação – Laudo Pericial	775
Recurso de Apelação – Cerceamento de Defesa - Perícia Inconclusiva - Laudo Lacônico	784
Razões do Recurso de Apelação – Cerceamento de Defesa - Perícia Inconclusiva - Laudo Lacônico	786
Recurso de Apelação – Realização de Nova Perícia	794
Razões do Recurso de Apelação – Realização de Nova Perícia	796
Contrarrazões de Recurso de Apelação – Responsabilidade Presumida – Súmula nº 341 STF	804
Contrarrazões do Recurso de Apelação – Responsabilidade Presumida – Súmula nº 341 STF	805

CAPÍTULO 4 - PERÍCIAS NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

1. Considerações Gerais	814
2. Chegada dos Peritos Criminais	815
3. Exame do Corpo de Delito e Perícias em Geral	816
4. Perito Oficial	817
5. Elaborarão o Laudo Pericial	819
6. Liberdade quanto ao momento de realização do Exame	820
7. Autópsia	820
8. Exumação para Exame Cadavérico	821
9. Fotografia dos Cadáveres	822
10. Provas Fotográficas	823
11. Dúvida sobre a Identidade do Cadáver Exumado	824
12. Alternativa do Exame de Corpo de Delito	824
13. Exame Complementar	828
14. Exame do Local	831
15. Perícia de Laboratório	832
16. Crimes cometidos com Destruição ou Rompimento de Obstáculo a Subtração da Coisa, ou por meio de Escalada	833
17. Avaliação Direta e Indireta	833
18. Incêndio	834
19. Formular Quesitos	834
20. Exame por Precatória	835
21. Laudo Assinado pelos Peritos	835
22. Auto de Exame Pericial realizado por Peritos não Oficiais	836
23. Divergência entre Peritos	837
24. Inobservância das Formalidades	838
25. Adstrito ao Laudo	838
26. Indeferimento de realização de Perícia	839
27. Peritos não Oficiais	839
28. Não Intervenção das Partes na Nomeação do Perito	840
29. Obrigação de Aceitação do Encargo	840
30. Condução Coercitiva	840
31. Não poderão ser peritos	841
32. Suspeição dos Peritos	842

33. Equiparação dos Intérpretes aos Peritos	843
34. Exemplos de Trabalhos Periciais	843
34.1. Laudo Pericial (Morte por Arma Branca)	843
34.2. Laudo Pericial (Morte por Arma de Fogo)	847
34.3. Laudo Pericial (Morte por Armas Branca e de Fogo)	852
34.4. Laudo Pericial (Suicídio)	856
34.5. Laudo Pericial (Local com a Presença de Sangue)	860
34.6. Levantamento (Local de Morte)	862
34.7. Informação (Encontro de Cadáver)	865
34.8. Informação (Disparo de Arma de Fogo)	867

MODELOS

Requisição de Exame Pericial – Art. 6º, VII, do CPP	869
Exame Pericial Complementar – Art. 168, do CPP	871
Requisição de Perícia Laboratorial – Art. 170, do CPP	873
Auto de Exame Pericial não Oficial – Art. 179 c/c o § 1º do art. 159, do CPP	874
Indeferimento de Perícia Requerida - Art. 184, do CPP	875
<i>Habeas Corpus</i> - Laudos Médicos comprovam que o Paciente está acometido de Doenças Graves	877

CAPÍTULO 5 – PERÍCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

1. Considerações Básicas	883
2. Organização da Perícia Médica	884
2.1. À Coordenação Geral de Benefícios por Incapacidade Compete ...	885
2.2. À Divisão de Orientação e Uniformização de Procedimentos de Perícia Médica e Reabilitação Profissional Compete	885
2.3. Ao Serviço/Seção de Gerenciamento de Benefícios por Incapacidade das Gerências-Executivas Compete	886
2.4. Competência da Perícia Médica	888
3. Hierarquia Médico-Pericial e Atribuições	888
3.1. Atribuições da Perícia Médica – Quadro Permanente	889
3.2. Atribuições da Perícia Médica – Credenciada	890
4. Sigilo Profissional	891
4.1. Procedimento do Médico-Perito em Juízo	891
5. Atuação da Perícia Médica nas Determinações Judiciais em que o INSS não é Parte ou Interessado	893
6. Local de Exame Médico-Pericial	897
7. Realização do Exame Médico-Pericial	897
8. Requisição de Exames	901
9. Atribuições dos Técnicos da Reabilitação Profissional	901
9.1. Médico Perito	901
10. Encaminhamento à Reabilitação Profissional	904
10.1. Ordem de Prioridade	904
10.2. Atendimento	905
11. Recursos às Juntas de Recursos e às Câmaras de Julgamento	905

12. Pareceres	907
12.1. Consulta nº 19.779/92	907
12.2. Consulta nº 33.304/93	909
12.3. Consulta nº 28.795/93	910
12.4. Consulta nº 18.255/97	913
12.5. Consulta nº 88.195/01	914
13. Laudo Médico Pericial	916

MODELOS

Solicitação de entrega do Prontuário Médico e Exames	924
Contrarrações de Recurso de Apelação – Estelionato contra a Previdência	925
Contrarrações de Recurso de Apelação – Estelionato contra a Previdência	926

CAPÍTULO 6 - CONSIDERAÇÕES MÉDICO-PERICIAIS EM HIV/AIDS

1. Considerações Gerais	936
2. Promover o Bem de Todos	936
3. Avaliação da Incapacidade ou Invalidez	937
4. Informações	938
5. Exame Físico Médico Pericial	938
6. Conduta Médico-Pericial em HIV / AIDS	939
7. Laudo Pericial	944

CAPÍTULO 7 - CONSIDERAÇÕES MÉDICO-PERICIAIS NA TUBERCULOSE

1. Incapacidade Laborativa na Tuberculose	948
2. Conduta Médico-Pericial na Tuberculose	949

CAPÍTULO 8 – ANÁLISES DE CASOS REAIS

1. Alegação de Erro de Diagnóstico (Inocorrência)	954
2. Problemas ocorridos no Pós-operatório de Cirurgia Cesariana (Nova Perícia)	963
3. Laudo Médico Pericial - Fratura de Cabeça – Rádio	966
3.1. Laudo Médico Pericial	966

MODELOS

Laudo Médico Pericial – Erro Médico em Ortopedia	977
Contrarrações de Recurso de Apelação – Cirurgia para Tratamento de Instabilidade do Ombro - Laudo Pericial	981
Contrarrações de Recurso de Apelação – Cirurgia para Tratamento de Instabilidade do Ombro - Laudo Pericial	982

Contrarrazões de Recurso de Apelação – Laudo Atestou a Correção do Procedimento e a Técnica Empregada pelo Profissional Médico na Cirurgia	987
Contrarrazões do Recurso de Apelação – Laudo Atestou a Correção do Procedimento e a Técnica Empregada pelo Profissional Médico na Cirurgia	988
Recurso de Apelação – Laudo Pericial que aponta a ausência de Nexo Causal	1005
Recurso de Apelação – Laudo Pericial que aponta a ausência de Nexo Causal	1007
Ação de Indenização por Danos Morais – Erro médico – Laudo Pericial	1014
Recurso de Apelação – Erro Médico - Prova Pericial Imprescindível	1021
Razões do Recurso de Apelação – Erro Médico - Prova Pericial Imprescindível	1023

CAPÍTULO 9 - A FOTOGRAFIA FORENSE NA PROVA PERICIAL

1. Considerações Gerais	1029
2. Fotografia Judiciária no Código de Processo Penal	1033
3. Tipos de Fotografias Judiciárias	1037

MODELOS

Denúncia	1039
Requerimento: Agravo de Instrumento – Necessidade da Prova Pericial ..	1041
Razões de Recurso de Agravo de Instrumento – Necessidade da Prova Pericial	1043

CAPÍTULO 10 – OS LAUDOS PERICIAIS NAS AÇÕES JUDICIAIS POR ALEGADO ERRO MÉDICO

1. Relevância das Provas	1047
2. Perícia Médica na Ação Judicial Indenizatória movida por Paciente ..	1050
3. Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil	1052
3.1. Análises Periciais	1052
3.2. Especialidades Desenvolvidas	1053
3.3. Interiorização e Cobertura dos Serviços Periciais	1054
3.4. Gestão da Informação.	1054
3.5. Jurisprudências	1055

MODELOS

Ação de Indenização por Danos Morais – Dever de Indenizar Configurado	1059
Ação de Indenização por Danos Morais – Laudo Pericial constata a Prática de Ato Ilícito do Réu	1071
Pedido de Realização de Perícia - Autor com Assistência Judiciária Gratuita	1082

CAPÍTULO 11 – ANÁLISES DE ALGUMAS RESOLUÇÕES DO CREMESP (CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO)

1. Resolução Cremesp nº 126 (17/10)	1084
1.1. Médico investido na Função de Perito	1085
1.2. Honorários	1087
1.3. Ditames Éticos da Profissão	1088
1.4. Causas de Impedimentos e Suspeição	1089
1.5. Assistente Técnico	1090
1.6. Atestado ou Relatório Médico	1092

MODELOS

Quesitos - Autora	1093
Quesitos - 1º Réu	1096
Quesitos - 2º Réu	1100

CAPÍTULO 12 – PORTARIA - IML N° 1, DE 12 DE AGOSTO DE 2014

1. Protocolo de Istambul	1103
2. Considerações Gerais	1103
3. Recomendação da Diretoria Técnica de Departamento	1104

CAPÍTULO 13 – PROVA PERICIAL NO PROCESSO DO TRABALHO

1. Perícia	1107
2. Peritos e Assistentes Técnicos	1109
3. Suspeição de Perito	1110
4. Perito que realizará a Perícia	1112
5. Adicional de Insalubridade	1113
6. Honorários Periciais	1115
7. Arguir os Peritos Compromissados ou os Técnicos	1115
8. Instrução do Processo	1116
9. Provas serão produzidas na Audiência de Instrução e Julgamento ...	1116
10. Nomear Perito	1117

MODELOS

Recurso de Revista – Honorários Periciais	1118
Razões de Recurso de Revista – Honorários Periciais	1119

LEGISLAÇÃO

Considerações Gerais do Código de Ética Profissional e Disciplinar do Conselho Nacional dos Peritos Judiciais da República Federativa do Brasil	1127
Código de Ética Profissional e Disciplinar do Conselho Nacional dos Peritos Judiciais da República Federativa do Brasil	1129

Considerações Gerais Referentes as Perícias no Código de Processo Civil	1152
Código de Processo Civil	1154
Considerações Gerais das Perícias no novo Código de Processo Civil - Lei nº 13.105, de 16 de Março de 2015	1159
Lei nº 13.105, de 16 de Março de 2015 - novo Código de Processo Civil	1163
Considerações Gerais das Perícias no Código de Processo Penal	1171
Código de Processo Penal	1173
Considerações Gerais da Lei nº 12.030, de 17 de setembro de 2009	1182
Lei nº 12.030, de 17 de setembro de 2009. <i>Dispõe sobre as perícias oficiais e dá outras providências</i>	1183
Considerações Gerais do Projeto de Lei de 2014	1185
Projeto de Lei de 2014. <i>Institui a Lei Geral da Perícia Oficial de Natureza Criminal e dá outras providências</i>	1188
Considerações Gerais da Lei nº 10.876, de 2 de junho de 2004	1192
Lei nº 10.876, de 2 de junho de 2004. <i>Cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social, dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dá outras providências</i>	1194
BIBLIOGRAFIA	1205
ÍNDICE REMISSIVO	1211